

Comparecer à 8ª Conferência Nacional de Saúde. Para quê?

30 MAR 1986

MARIO MARTINS FILHO

Durante o transcorrer da 8ª Conferência Nacional de Saúde, ficou patente que as entidades não governamentais representativas dos prestadores de serviços assistenciais médico-hospitalares tinham razão quando resolveram protestar e denunciar à Nação o porquê do seu não comparecimento ao conclave.

Para essas entidades, responsáveis por 80% do atendimento médico-hospitalar da população brasileira, tornou-se incompreensível o fato de a elas terem sido destinados apenas 2% do total previsto de mil votos e que teriam direito os delegados convidados. Em tal posição, a livre iniciativa no campo médico ficou não apenas com as mãos atadas mas, também, correria o risco de convalidar decisões que poderiam ao invés de beneficiar a população brasileira prejudicá-la.

TENTATIVAS

Decisão, porém, não foi tomada precipitadamente mas só diante de circunstâncias tão desfavoráveis. Houve várias tentativas para se contornar o impasse. Viagens foram feitas a Brasília, realizados inúmeros contatos com autoridades de área de Saúde, para obter-se representação paritária àquela dos serviços públicos e demais entidades com direito a voto, bem como a reestruturação do regimento especial do certame. Solicitações não atendidas.

Entendemos, que sendo o Brasil um país pobre em recursos financeiros e humanos especializados, tecnológicos e materiais, na área de saúde, é preciso utilizar-se, no maior grau de eficiência possível, todos os serviços e recursos já disponíveis.

Mas o que se tenta é marginalizar a livre iniciativa médica. De forma absurda, pretende-se que o governo assumna sozinho o compromisso de prover toda a população brasileira de assistência ambulatorial-médi-

co-hospitalar, desprezando-se a iniciativa privada de maneira até irresponsável. Os próprios dados oficiais provam que a expressiva maioria de atendimentos hospitalares, consultas, RX e serviços laboratoriais, odontologia etc. são prestados por entidades não governamentais.

DESEMPENHO

Ninguém desconhece, também, ser melhor o desempenho dos hospitais privados, como é menor neles o índice de óbitos, apesar de seus custos, serem seis vezes menores do que os dos hospitais da Previdência Social. Uma inverdade amplamente divulgada é que os hospitais próprios da Previdência Social tratam os doentes mais graves. Principalmente porque, na maioria das cidades brasileiras eles inexistem; também, porque estudo comparativo de cirurgias, mostra que as de maior porte são mais frequentes em hospitais privados.

Como ignorar, então, o direito de livre opção dos cidadãos, quer por médicos e hospitais particulares, quer pela medicina de grupo, pelo seguro saúde, cooperativas médicas, serviços próprios e outras alternativas, que assistem cerca de 15% da população brasileira, mais de 40% da população trabalhadora economicamente ativa, um direito do cidadão que é próprio de uma democracia?

A atuação da livre iniciativa, na área médica, representa também mais de dez bilhões de cruzados, por ano, espontaneamente injetados, pelos empresários, diretamente na assistência à saúde, com rigorosa fiscalização dos próprios usuários. Portanto, sem qualquer possibilidade de fraudes ou desvios.

Outros fatos a serem levados em conta: a União contribui com menos de 5% do custeio da Previdência Social, os empregadores com 60% e os segurados (empregados) com mais de 30%. O que configura uma clara inversão do poder decisório: quem paga mais não manda e nem opina.

INJUSTIÇA

Do que se conhece, até agora, nunca se viu propostas de custeio mostrando preocupação com eficiência, competência, melhor gerenciamento dos recursos disponíveis. Daí não se poder admitir qualquer acréscimo de verbas, para o setor Saúde, sem amplo debate de como eles serão utilizados e, obviamente, com a participação da medicina privada. Caso contrário, corre-se o risco de apenas realocar orçamentos sem a obtenção de qualquer benefício direto para a população que, afinal, é a única razão de ser da 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Esses motivos, autênticas aberrações, invalidaram a participação da livre iniciativa no conclave, onde seria virtualmente voto vencido quanto à sua participação paritária. Além de democrática, como democrática é a Nova República, a presença dos empresários poderia enriquecer a reunião com objetivos práticos e maiores subsídios para a melhora real do Sistema Nacional de Saúde.

Afinal, acreditamos que o desvio das discussões para enfoques político-filosóficos radicalizados nada tem a ver com as metas propostas e que foram totalmente abandonadas ao longo da realização da Conferência, como comprovam notícias publicadas pela imprensa. Dia 19 de março, por exemplo, pode-se ler num dos jornais paulistas "...militantes de vários partidos políticos e entidades como o Conselho dos Direitos da Mulher, Central Única de Trabalhadores (CUT) e União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveram discussões paralelas sobre a Constituinte, reforma agrária e os efeitos do pacote econômico nos salários dos trabalhadores".

Como se vê, foi proposta uma conferência e realizada outra. Esta que vimos é como aquela figura da novela: "foi sem nunca ter sido".

O autor é presidente da Associação de Medicina de Grupo do Estado de São Paulo — MG-SP